



XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB)
ISSN 2177-3688

GT 9 – Museu, Patrimônio e Informação
Comunicação Oral

CIDADE, MUSEU E INFORMAÇÃO¹

CITY, MUSEUM AND INFORMATION

Nilson Alves Moraes, UNIRIO
moraes@unirio.br

Resumo: Conhecer e analisar as relações entre cidade, museu e informação é estratégico diante de um sistema mundial capitalista em que a cultura, o lazer, o prazer e a produção intervêm na constituição de uma memória, nas invenções de sentidos e na organização da vida. Pensamos o museu como lugar social privilegiado que, como parte da esfera pública, ajuda a produzir conhecimento, auxilia na solidariedade social e divulga as circunstâncias e questões conjunturais. Consideramos a cidade como o lócus privilegiado dos embates contemporâneos e espaço de produção e disputa da informação numa vigorosa forma de produção de poder social e simbólico. Neste sentido um novo desafio está colocado para o museu, que passa a se constituir como um espaço público que influencia e auxilia na organização e na mobilização dos atores sociais. O museu e a cidade, o museu na cidade e o museu da cidade se transformam em fluxos informacionais e instituições orientadas ao conhecimento, à difusão e às ações coletivas. Analisamos o CAMOC/ICOM como uma expressão institucional, técnica e acadêmica compromissada com as questões colocadas aos museus na conjuntura. Nesta pesquisa utilizamos fontes bibliográficas, documentos institucionais e observação participante.

Palavras-chave: Museu; Cidade; Informação; Políticas públicas.

Abstract: Knowing and analyzing the relationship between city, museum and information is strategic considering a capitalist world system in which culture, leisure, pleasure and production interfere in the constitution of memory, inventions of meanings and life organization. We define museum as a privileged social place that, belonging the public sphere, helps in the production of knowledge, assists in social solidarity and disseminates the circumstances and conjunctural issues. We consider the city as a privileged locus of contemporary conflicts and a space of information production and dispute in a vigorous way of producing social and symbolic power. In this sense, a new challenge is placed to the museum, which becomes a public space that influences and assists in the organization and mobilization of social actors. Museum and the city, museum in the city and the city museum are transformed into information flows and institutions oriented to knowledge, dissemination and collective action. We analyze CAMOC / ICOM as an institutional, technical and academic expression

¹ O conteúdo textual deste artigo, os nomes e e-mails foram extraídos dos metadados informados e são de total responsabilidade dos autores do trabalho.

committed with questions placed to the museums in the conjuncture. In this research we use bibliographic sources, institutional documents and participant observation.

Key Words: Museum; City; Information; Public policies.

1 ENFRENTAMENTOS E INQUIETAÇÕES

No IX ENANCIB arguimos sobre os desafios teóricos e metodológicos colocados àqueles que estudam as relações entre cidade, museu e informação. Não imaginávamos que voltaríamos ao tema, que sua complexidade e a dramaticidade das lutas sociais fossem ocupar as ruas e introduzir novos desafios para a sociedade e os campos do conhecimento. Nosso ponto de partida é a percepção de que a cidade pauta a vida contemporânea e incita questões que podem induzir a novos problemas e enfoques, incluir novos atores e modos de compreensão para a ciência².

O museu, a memória social, o patrimônio artístico, histórico, paisagístico, urbanístico e arquitetônico são elementos estruturantes de relações sociais, salvaguardas e preservação. São registros de uma época que convivem e influenciam em outras épocas e projetos sociais. Cidade e museu são e estimulam ações contínuas e tomadas de posição.

As ações de proteção, preservação, educação, comunicação e informação do patrimônio são reclamadas e constituem referências ativas da memória e significados compartilhados. O museu é um indutor de políticas públicas inclusivas e participativas. O museu de cidade e o museu na cidade podem ser agentes de mobilização e mudanças sociais.

No século XX, a transformação das vilas, cidades e regiões em que o contexto urbano é estruturante, os Museus de Cidades enfrentam novos dilemas em seu funcionamento como instituição e em relação à sua identidade como equipamento cultural-urbano: nas cidades convivemos com a multiplicação dos grupos sociais, identidades sociais e dispersão territorial.

Pensamos a Cidade como espaço coletivo, gerador e influenciador de interação e conflitos. A cidade revela e produz diferentes tempos, espaços, modelos relacionais, projetos sociais e narrativas. Na cidade a informação preocupa-se com as subjetividades e os interesses sociais presentes na construção e na transformação da realidade, das memórias e das narrativas, revelando e produzindo diferentes tempos, espaços e interesses sociais.

² Estas questões implicam em diferentes visões e influências. A contemporaneidade se revela em diferentes análises. Bauman define como modernidade líquida; Anthony Giddens como modernidade tardia; Ulrich Beck, de modernidade reflexiva; Georges Balandier, de supermodernidade. Ou seja, o espaço-tempo é uma dimensão essencial na definição da sociedade contemporânea, ela não permite nenhum consenso.

A cidade é um lugar físico, uma dimensão relacional e simbólica. Para ela estão voltados contraditórios olhares e expectativas, identidades e valores. Alguns poetas, artistas, gestores e cidadãos enfatizam as formas de edificações, ruas, movimentos, símbolos e arranjos espaciais, edificados ou tecidos pelo tempo na natureza e pela cultura. As cidades são construções, invenções e representações mutáveis que permitem diversas e contraditórias narrativas, projetos técnicos e utopias. Na cidade coabitam além de traços materiais e culturais, instituições que geram ou induzem expectativas ou danos irresistíveis, incontroláveis e infindáveis aos moradores. A cidade é fluxo e também de informações tensas e contínuas.

A cidade reúne as condições em que se desenvolve aceleradamente o processo de acumulação de valores e de práticas: históricas, sociais, arquitetônicas, políticas e econômicas. Uma estrutura flexível em que os valores sociais são cambiantes, numa identidade singular, garantida pela dialética entre os antigos e novos valores.

Os museus pretendem pensar, representar e intervir nas cidades, respeitando a esfera pública, as subjetividades e as diferenças culturais. As cidades se deslocam pelo imaginário³. Cidades e museus são cenários e palcos da contemporaneidade. A intensidade e a velocidade das mudanças tecnológicas, em sociedades conjuntamente incontroláveis, produzem um paradoxo que aterroriza aqueles que pretendem um mínimo de permanência e estabilidade⁴. Como estabelecer políticas para um mundo indomável e plural?

³ No texto que apresentamos no ENANCIB de 2009, que objeto e produtor de discursos, o cidadão, o público e o museu interagem dialeticamente. O campo museológico, os consumidores de bens culturais e museológicos, os formuladores de ações e políticas culturais e museológicas –grupos técnicos, gerenciais, políticos e agentes públicos e privados- fazem parte de interesses, de uma trama social e de poder em que os equipamentos e serviços coletivos e o comércio se articulam aos produtos culturais e museológicos. Assim, uma rede de instituições e equipamentos dialoga na construção dos discursos, imaginários e representações sociais que interagem com o contexto cultural e urbano. Isto é, os museus e as demais instituições culturais são espaços públicos. A malha urbana e os espaços públicos se relacionam e constituem instituições em que as memórias, as imagens e as expectativas são produzidas, veiculadas e remetem ao modo de vida.

⁴ A democracia é reivindicada em todas as sociedades contemporâneas, principalmente aquelas que vivem dos mercados e conheceram experiências autoritárias e excludentes. Sociedades de baixa institucionalidade e participação nas tomadas de decisão, na distribuição de benefícios sociais. Isto é, ela é pauta das reivindicações. Presença nos discursos e reivindicações, a imprecisão ou discurso generalizante coloca em questão o próprio tema. A democracia é objeto de debates teóricos e práticas políticas, é palco de reivindicações estimuladas pelas redes sociais que ampliam as interações e articulações dos agentes sociais por mudanças sociais e políticas, nas normas e relações e procedimentos dos poderes institucionais. Sua ausência ou existência provoca uma série de questões e agravamento da qualidade de vida da sociedade. Os ideais ou discursos produzidos no século XVIII de igualdade, reconhecimento entre os diferentes, solidariedade como (co)existência e liberdade de organização e de reivindicações estão nos protestos tanto locais como globais. Uma demanda permeada pela crise econômica, fiscal e gerencial. Uma manifestação ou efeito do surgimento de uma ordem mundial profundamente concentradora de poderes, privilégios sociais e de hegemonia sócio-política. A democracia carrega em si a demanda de participação política e de questionamento constante de suas estruturas sociais e instituições políticas.

2 NOVOS CENÁRIOS PARA UM ANTIGO PROCESSO

Para Wellerstein (1974) a crise do sistema-mundo⁵ transformou e transferiu para as ruas das cidades os efeitos deste processo intenso de acumulação do capital e as cidades se expressaram ou reagiram, foram rebeldes. Antigas e pacíficas cidades, diante da crise estrutural do sistema, foram tomadas pela indignação e movimentos sociais que levaram para as ruas protestos, liderados majoritariamente por jovens e –segundo a imprensa- convocados por meio de redes sociais, sem a presença e a mediação de partidos, sindicatos e organizações de massa tradicionais. Desta forma, transformam o Cairo, Istambul, a Primavera Árabe, o Occupy Wall Street, os Indignados da Espanha a partir da Plaza del Sol, as ruas do Rio de Janeiro e São Paulo, os movimentos e contra-movimentos na Ucrânia e no Iraque, entre outros produzindo o desejo de mudanças imediatas e radicais nas relações de poder. Os analistas sociais apontam como uma nova forma de fazer política, colocando na pauta da sociedade a questão da vida, da democracia, da representação social e da solidariedade.

Os segmentos da população desenvolvem alianças, estratégicas e projetos –muitas vezes circunstanciais ou conjunturais- para disputar o poder social a partir das cidades. Eles expressam e desenvolvem ações visando demandas no uso de tecnologias informacionais, reorientando e explicitando o “mal-estar” civilizatório e as reivindicações das “multidões”⁶.

A partir de uma tradição que se inicia com Gramsci e é aprofundada pelas reflexões de Lefébvre, Castells⁷ e Harvey⁸, que o século XX produziu num vigoroso processo de mudança

⁵A teoria do sistema-mundo refere-se a uma análise de relações internacionais e geoeconômicas e se centra no estudo do sistema social e suas inter-relações com a imposição do capitalismo em escala mundial, como força determinante entre os diferentes países. Immanuel Wallerstein argumenta que só a unidade de análise real era a economia mundial capitalista, que se originou dentro do sistema do Estado europeu do século XVI e passa predominar em todos os países. Wellerstein sugere que a análise não deve ser apenas do Estado-nação ou da sociedade nacional, senão o próprio sistema-mundo em seu conjunto como um sistema que necessita da desigualdade de distribuição baseada na concentração de certos tipos de produção (produção monopolizada e de alta rentabilidade) em algumas regiões e se constituem em redes de acumulação de capital, de poder político e militar reforçando as estruturas que garantem os monopólios. O sistema mundo –capitalista- funciona e se transforma em função dos fatores econômicos e produtivos imediatos. Portanto, é o capitalismo como um sistema de relações econômicas, sociais, políticas e culturais, numa hegemonia que articula e se impõe ao conjunto do sistema. Para o autor, “o capitalismo chegou ao fim da linha”.

⁶Multidões é tema recente nas ciências Sociais. Para Antônio Negri “de um ponto de vista científico, o conceito de multidão é problemático e se diferencia do conceito de classe operária, assim como foi desenvolvido durante o período da grande indústria e na última fase do desenvolvimento capitalista moderno. Todavia, diante de uma classe operária fragmentada, o termo multidão serve a qualificar toda uma vasta gama de trabalhadores”. Negri encontra no pensamento de Spinoza uma ética e uma ontologia da imanência e da potência constitutiva da ação, não do indivíduo, mas das multidões que, a partir de suas necessidades corporais e materiais e de seus desejos, promovem uma busca da liberdade. Ele relê a história do pensamento político da modernidade e assume a vida comum, a razão e a liberdade como o contrário da ordem capitalista.

⁷Manuel Castells é autor da trilogia “A Era da Informação”. Castells ajuda a compreender as tendências da sociedade e da democracia contemporâneas. Para Castells é preciso intervir rápido, antes que elas se percam. A ação coletiva é uma urgência e, portanto, as mudanças de mentalidades requerem tempo. O tempo e a ação transformadora vivem uma armadilha. Para Castells a democracia fechou-se sobre si mesma devido a uma oligarquia ligada às finanças que enriquece graças ao Estado e aos aplicadores ou investidores que não estão

social em que as inovações tecnológicas e de trocas em escala planetária são estimuladas e favorecidas por processos relacionais e informacionais estratégicos nos espaços, produzindo significativos paradoxos.

Tais autores demonstram que a cidade constitui um significativo patrimônio construído historicamente e socialmente. Eles explicam que a vivência e a apropriação da cidade é desigual. A cidade e o viver na cidade têm –na lógica capitalista– um preço que considera alguns atributos reais ou simbólicos. Numa conjuntura em que o próximo e o distante não são ideias espaciais ou relacionais, os espaços físicos pouco significam ou podem implicar em referência de pertencimento ou de localização (HARVEY, 2012).

3 A CIDADE E A PRODUÇÃO DE UM ESPAÇO PÚBLICO

A expressão das mudanças do homem no mundo ocidental se modifica ao longo dos tempos. Os burgos, as vilas, as cidades, os processos produtivos artesanais, as fábricas que atraíam as pessoas e as concentravam nas cidades foram marcas das mudanças sociais, culturais e produtivas. A partir dos anos 1960, lembra Santos (2001), um modelo civilizatório parece ter encontrado seus limites e com possibilidade de acesso e trocas de informação, mediações tecnológicas e novas possibilidades podem estar sendo configuradas.

O poder e sua rotina são marcas predominantemente urbanas. As “vanguardas” intelectuais, artísticas e científicas são predominantemente centradas em espaços urbanos. A cidade se fez também no plano do simbólico. A consciência e a luta contra a deterioração da qualidade de vida indica a busca de novos modelos relacionais e culturais. Uma explosão ocupacional ocorreu numa velocidade maior que a capacidade ou o interesse estatal da construção de um sistema de equipamentos e serviços coletivos.

Nas cidades estão concentradas diferentes expectativas, projetos e modos de ação. Convivem diversas formas de existência, resistência e utopias, mesmo quando as utopias são consideradas extintas ou derrotadas. O mesmo pode ser dito sobre a cultura. Ela existe, produz

diretamente ligados à produção. Para o autor, esta oligarquia preocupada em conservar seu poder, rechaça as múltiplas chances de democracia que as novas tecnologias viabilizam e recorrem à violência policial. A solução para as mudanças seriam as ações em redes. A rede possibilita novas relações democráticas e participativas. Para Castells o sistema se mantém fechado e os movimentos “radicalizarão inevitavelmente” produzindo um “risco” social e político. Contra este e outros riscos, Castells acredita que o próprio movimento social deverá produzir alternativas.

⁸ David Harvey é um geógrafo especializado no debate da organização urbana contemporânea. Ele recoloca os debates sobre a cidade e a liberdade a partir de uma ideia. Para Harvey, a liberdade da cidade é muito mais que um direito de acesso que já existe. Segundo Harvey “é o direito de mudar a cidade de acordo com o desejo de nossos corações e a questão do tipo de cidade que desejamos é inseparável da questão do tipo de pessoa que desejamos nos tornar” (2012). Neste sentido, nos tornamos na construção social e na luta. A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e nossas cidades expressa um direito humano.

e reproduz na instabilidade e na mudança. A cidade e a cultura implicam na impossibilidade da permanência, continuidade e condições de existência. Entretanto e em função dos interesses privados que aí perduram- necessitam de instituições sociais responsáveis pela preservação e por sua “ordem social legítima” (MORAES, 2009).

Bauman (2013) considera a emergência de um novo cenário internacional e seus efeitos nas relações individuais e coletivas, apontando o esgotamento da pós-modernidade e que a sociedade atual vive sob o prisma da liquidez. Por sociedade líquida entende-se que foi constituída uma época em que nada é feito para durar, nem os elementos materiais, nem os relacionais. Um momento em que a fixidez das relações, valores e bens são trocadas pela descartabilidade da conexão ou existência que Bauman denomina como modernidade líquida. Para Bauman, a modernidade ainda não acabou e ela se transformou para uma versão consumista, ultraindividualista e despolitizada da vida, das relações e do cotidiano⁹.

Nesta sociedade líquida, o espaço urbano e a cidade –aos olhos de gestores, analistas, militantes e moradores- vivem em mudanças e consideram os diferentes interesses e modos de ação. Estes atores sociais estratégicos incorporam, reinventam e criam dimensões materiais e imateriais do presente, do passado e uma ideação de futuro que o olhar, o planejamento, as hierarquizações, as organizações e cronogramas de uma intencionalidade funcional e uma suposta racionalidade pretendida ou anunciada pelas políticas urbanas. Nestes lugares de conhecimento e práticas sociais existe na desigualdade social e exige urgência na inclusão social, democratização do acesso aos equipamentos coletivos e oportunidades culturais que implicam em “ações racionais” através de planos, programas e políticas diferenciadas.

Objeto de políticas públicas, as cidades, se transformou em agentes produtivos que competem entre si pelo –suposto- privilégio de renovar os espaços e promover políticas de preservação do patrimônio material ou imobiliário local, através de mudanças fragmentadas e orientadas por uma cultura mercadológica no espaço¹⁰. Aos artistas, militantes, gestores e intelectuais está colocado o desafio de viabilizar novos diálogos e entrecruzamentos

⁹ Bauman afirma que “a época atual é propícia para colocar a modernidade em avaliação. É um tempo de reflexão na qual a credibilidade e a validade das conquistas e falhas modernas podem ser debatidas, descartadas, revalidadas. Mas a era atual se mostra fluída, leve; há pouco espaço (ou mesmo intenção) para estabelecer rotinas; os poderes globais agem para dismantelar os laços efetivos/nacionais/sociais para proporcionar um aumento de fluxo de pessoas (porém nem todas têm passagem pelas fronteiras que separam a dura realidade do sonho de uma vida menos árdua) e capital em circulação”.

¹⁰ Baudelaire destaca a consciência do sentido e implicações individuais e coletivas do viver em cidades. Não se trata de discurso ideológico ou humanitário. A cidade concentraria as armadilhas e paradoxos humanos. No século XIX, Engels estudou as condições concretas de vida e de trabalho da classe operária inglesa. Eles denunciavam os efeitos humanos e relacionais devastadores deste processo veloz e intenso. Havia a consciência que estávamos diante de uma reconfiguração da vida social e do modo como se vive ou que se acredita viver.

interdisciplinares que superem os limites que –principalmente no ocidente- o capitalismo colocou entre os modos de compreender e fazer na ciência, na técnica e na arte.

A cidade ecoa, anuncia e denuncia a realidade em forma de confrontos e narrativas numa evocação permanente da História e da memória (LE GOFF, 1990), um tema presente, recorrente e orientador de reflexões e relações. Mesmo quando não se fala da cidade é a partir deste olhar e dos modos de racionalizar sua existência através de um debate científico e ideológico que se seleciona, hierarquiza, produz e veicula os eventos e sentimentos.

As modernas cidades de inspiração planetária e submetidas à lógica gerencial e financeira dependem de fluxos populacionais, novas estratégias comunicacionais e suportes tecnológicos. Nas cidades são apresentados diagnósticos que destacam o medo, a violência, a desordem, a decadência, a anomia, apresenta uma aparência de caos. Uma anomia social e uma imagem de estético entre as marcas do urbano como espaço de produção de situações fora do controle de regras estáveis e coletivas.

O espaço público¹¹ se transformou e foi reapropriado pelas sociedades como espaço revitalizado ou abandonado pelas multidões e pelo incontrolável. A ação política se renovou e se deslocou ampliando as instituições e resistência, das associações de moradores, sindicatos e partidos políticos para introduzir novas redes colaborativas.

Léfebvre (1991) tomava a cidade e o urbano como formas que encerravam um potencial revolucionário. Tal situação escaparia à vontade dos gestores e dos habitantes. Para Léfebvre o ato de habitar é uma condição revolucionária porque é capaz de se opor dialeticamente ao movimento de homogeneização do capital, pois habitar não se resume apenas a ter uma moradia. Trata-se do estabelecimento de um direito à cidade no sentido político mais profundo. Todas as lutas que parecem pontuais por transporte, creche, água, moradia, serviços de saúde e segurança não convivem com a prevalência da forma mercadoria, pautadas pelo valor de troca.

O direito à cidade é a expressão política e cidadã da disputa pelo uso e construção individual e coletiva contra a mercantilização daqueles que pretendem apropriar-se da cidade e reproduzir os espaços para benefícios privados. O direito à cidade é visto por Lefebvre como um direito inalienável à vida, pela valorização da obra e pelo uso coletivo que implica na construção de uma cidade mais voltada para um novo humanismo e modelo de existência social. O direito à cidade implica em criar as condições de mobilidade, memória social,

¹¹ Para as Ciências Sociais o espaço público é aquele compartilhado socialmente. Existem os espaços que são totalmente livres e os que, mesmo públicos, possuem restrições ao acesso. Um local social de visibilidade e encontro entre os cidadãos, de sociabilidade para práticas democráticas de cidadania em processos/relações de tomadas de decisão. O espaço público é coletivo e gerido pelas instituições governamentais.

organizações coletivo e ações em esferas públicas. Neste sentido, o autor considera que a arte, a cultura e a informação são as bases desta construção.

A cidade desejada pelo capitalismo é aquela que valoriza o espetáculo e subordina a alma. A cidade no início do século XXI é parte estruturante e é estruturada para atender e ser conectada por diferentes fluxos que necessita e constitui-se em suporte tecnológico. Cidades que se reinventam para atender as demandas do mercado internacional, onde os fragmentos urbanos, o uso intensivo de tecnologias e fluxos digitais articula e garante sua condição de unidade que se recusa à memória, à História e à originalidade para ser reconhecida como cidade global. A cidade do capital financeiro é mercadoria. Um lugar que o capital tenta utilizar e reorientar a sua história, pretendendo outro tipo ou contexto histórico e social.

A cidade deve garantir os direitos de todos os seus moradores, em particular para as mulheres, as crianças, os jovens, os idosos, os negros, os homossexuais e os portadores de todos os tipos de deficiência. Ela implica em respeito e garantia do direito à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura de serviço urbano, ao transporte eficiente e constante, à saúde individual e coletiva ou de natureza curativa ou preventiva, à educação de qualidade, à cultura em toda a sua complexidade e pluralidade, aos serviços públicos, ao exercício e direito ao trabalho e ao acesso ao lazer, para todos (ou seja, universalização dos Direitos).

O museu é parte do cenário urbano. A população está habituada à sua existência e convivência. O museu que era a instituição responsável por conservar, expor, restaurar, coletar obras e coleções, de ações educativas e organização documental se transformam ao incorporar novas atribuições como agente, relações e populações. Ele é instituição e espaço organizado e dialógico de conhecimento, convergência, indução, ócio, diversão e coesão.

4 O MUSEU COMO ATOR E COMO NARRATIVA URBANA

Segundo Borges (2013, p. 03), o museu “se constitui num intelectual orgânico na constituição de uma cultura diferente da predominante, ajudando a criar uma autonomia, viabilizando uma nova hegemonia social”. Portanto, o museu deve se constituir numa força institucional, técnica e moral na atuação com os movimentos sociais. A mudança no conceito e na prática de cultura dominante exige a superação dos seus valores e do modelo de transmissão, desvinculando-os da concepção predominante que se refere apenas aos projetos e interesses específicos¹².

¹² Os Cadernos do Cárcere apresentam ideias fundamentais para a análise do sistema capitalista no século XX. Nos anos 1920 e 1930, Gramsci analisa as relações cidade/campo e as alianças de classe na sociedade italiana. Ele estuda a função dos intelectuais na história. O "intelectual" na formação de um bloco histórico interessado

Os estudiosos destacam a ideia que a cidade evoca memórias, representações, lutas e afetos. O museu é um espaço vivo, contraditório que comporta toda sorte de atores, projetos, bens materiais individuais e coletivos que implicam em utilização de usos, sentidos, memórias, narrativas e discursividades que produzem, reproduzem, resignificam bens e sentidos inventados, atribuídos e construídos que implica em movimentos, diferenças, acomodações, conflitos, hibridação e resistências em todas as esferas que veicula informações. Museu e cidade implicam em palcos instáveis, mutáveis, com diferentes conflitos, colaborações, dissensos, experimentos e incompreensões que produzem. Segundo Afonso Carlos Marques dos Santos, museu e cidade se reproduzem e se reinventam cotidianamente como lugares de contatos, encontros, desencontros, contratos, disputas, trocas, interações e ressignificações significativas para a população e para a conjuntura (apud MENESES, 2003).

Aos cientistas e profissionais do museu de cidade, o desafio é a compreensão da cidade do ponto de vista dos cidadãos. Isto é, chamando o olhar e a reflexão para as pessoas que vivem, sentem, discursam e fazem a cidade funcionar ou não e como tal processo é vivenciado e influencia em seus cotidianos.

Em estudo de 1987, Ferrez e Bianchini demonstraram que há pouco investimento “no museu como sistema de informação que potencialize o conteúdo informacional dos objetos museológicos e os aspectos de recuperação e disseminação da informação, ou melhor, o objeto de museu como fonte de informação”.

A produção, circulação ou transmissão e consumo do conhecimento é tema relevante para o campo da museologia. Nos anos 1950, uma série de ações e encontros promovidos por diversas instituições e, em particular, pela UNESCO fez do museu uma face dinâmica do processo de modernização e de desenvolvimento da sociedade. Entretanto, os profissionais do museu e seus usuários sabem da dificuldade para exercer o seu papel de divulgação de conceitos científicos, artísticos, culturais e identitários. Os profissionais que transitam e necessitam do museu conhecem ou apontam seus limites e fazem críticas às suas estratégias na viabilização para o que se propõe realizar.

O Museu é uma atividade predominantemente urbana. O museu moderno se diferenciou da perspectiva predominante até o século XVIII, como resultado do iluminismo. O museu, como instituição, é uma instância incapaz de conhecer, abarcar e reunir a memória e

em intervir no Estado não só como "sociedade política" e órgão de coerção jurídica e como relação entre sociedade política e "sociedade civil", empenhado na construção de uma nova hegemonia através de organizações privadas, como Igreja, sindicatos, escolas e outros instrumentos de direção cultural buscando obter e produzir um consenso. Para Gramsci, a cultura ocupa lugar central na organização da sociedade e do poder e o conceito de bloco histórico é que dá conta da articulação interna de uma conjuntura.

os processos que –no cotidiano- influenciam, dialogam e orientam as relações do homem e dos grupos sociais com seu patrimônio, bens culturais, simbólicos e cognitivos. Portanto, o museu considera a existência de hierarquias e estratégias que consideram a totalidade e estabelecem prioridades e distinções aos diversos grupos sociais e modelos de patrimônio. O museu se envolve num processo que imprime condições diferentes e se constitui também em uma estratégia de poder político, científico e social.

Como objeto museal, a cidade implica em tensas negociações de sentidos em que a memória social, o imaginário social, a comunicação e as relações sociais permitem a produção e circulação –em diferentes contextos e mídias- de informações. Para Franco (2013, p. 23) o museu deve se preocupar em “pesquisar, em perguntar, em ouvir, em dialogar, em compartilhar, em buscar, em contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, mais plural, mais digna, mais verdadeira e, portanto, inclusiva”.

O Museu e a cidade vivem um imenso paradoxo, estão condenados a não dispor de um único momento de paz e de permanência. A cidade está condenada a não se repetir, e ela se modifica a cada instante, reinventando os seus elementos materiais e imateriais. O museu, sendo uma instituição da sociedade é parte estruturante das estratégias de produção de hegemonia social e de poder. Neste sentido, o museu pretende a permanência e a gerência sobre as mudanças, sempre imprevisíveis e incontroláveis. Portanto, cidade e museu vivem situações de mudanças em que a cidade submetida à lógica do capital está fundamentada no uso privado e privatizante do seu espaço. O museu, sendo uma instituição, se submete a diferentes esferas e controles políticos, jurídicos, técnicos, científicos, artísticos e gerenciais. Ele não possui autonomia, é parte de um sistema que não prioriza as instituições de cultura. A singularidade é uma das marcas da cidade e dos museus, que –muitas vezes- lutam por uma identidade e por revelar o que o bloco no poder se empenha em ocultar ou dissimular.

Ulpiano de Meneses (1984) destaca um desafio. Ele está mais interessado em “fazer a cidade para o museu do que em levar o museu para a cidade”, e conclamava uma mudança no modo de compreender e de desenvolver ações de museu e de cultura. No Brasil, a partir da última década do século XX, sucessões de eventos acadêmicos priorizaram este debate.

5 O MUSEU NA CIDADE E A CONSTITUIÇÃO DO MUSEU DE CIDADE

Pensamos a cidade como “objeto museológico e parte de um sistema de informações”. Tal questão está colocada como central nas reflexões de profissionais de Ciências Humanas e Sociais.

Em 2001, foi organizado pela UFRJ o seminário “Museus, arquitetura e reabilitação urbana” que discutia e apontava para a necessidade de pensar as condições e efeitos das mudanças em curso na população e no processo de deterioração urbana. No centro das preocupações daqueles que trabalham e estudam o museu da cidade, independente da definição utilizada, alguns temas são recorrentes. Nas três últimas décadas, as antigas áreas industriais e portuárias, a chamada revitalização dos espaços deteriorados e o empenho em transformá-las em áreas de exibição, preservação ambiental, linguagens e expressões artísticas em que os grafites expressam uma presença e modo de resistência e as mudanças e o vigor circulatório de riqueza e consumo produziam a modernidade nas chamadas cidades globais.

Em 2003, no Museu Histórico Nacional, um Congresso sobre Cidades e Museus, os historiadores, museólogos, arquitetos, antropólogos, sociólogos afirmavam que não caberia mais concentrar o pensamento nos museus e nas suas práticas tradicionais, mas nos entrecruzamentos disciplinares e interinstitucionais que as ações e políticas de cultura deveriam observar. Principalmente destacavam dois elementos: a importância dos gestores públicos e da necessidade de pensar o museu como espaço público. Pensar o museu como espaço público significa pensar o museu como parte e organizador de interesses coletivos diferenciados. Um museu capacitado a gerenciar diferenças, conflitos e reivindicações e, como tal, um museu que faz parte da consciência urbana e da cidadania.

Luciana Scanapieco (2013, p. 17), num vigoroso estudo sobre os chamados “Museus de Cidade”, demonstra que eles existem desde o século XIX. Modernamente eles “passaram a ser amplamente discutidos por seus diretores, pesquisadores e demais envolvidos, em conjunto e em nível internacional, especialmente a partir da década de 90”. Ao verem que as cidades cresciam e se modificavam rapidamente a autora destaca que eles “constataram a necessidade de se repensar o museu”.

Tsokopoulos (2002, p. 37), afirma que num momento de crise ambiental e social a ação dos museus deveria ser a participação nas ações que pretendiam modificar o homem e o ambiente dando-lhes responsabilidades sobre o processo em curso. Para ele “o museu de cidade poderia ser considerado uma forma de consciência da cidade”.

O museu de cidade ou o museu de uma cidade é parte de uma disputa ideológica e segundo Grewcock (2006, p. 65), ao longo do século XX, “o museu foi perdendo o seu papel no desenvolvimento urbano”. Ele se empenhou em influenciar ou orientar visões de mundo e de um modo de ser que cada cidade pretende demonstrar. Os usos e concepções sobre museu ganharam uma complexidade que independe das certezas acadêmicas ou orientações institucionais. Eles se fazem múltiplos e se modificam pelas pressões sociais (organizadas ou

não) permitindo uma grande pluralidade de modos de existência. Lugar de encantamento, espaço privilegiado de exposição ou instrumento de mudança social, o museu negocia com as diferentes expectativas, visões de mundo e formas de existência.

Um museu de cidade ou um museu de uma cidade não remete apenas aos interesses e identidades dos moradores desta cidade e produz uma narrativa para os visitantes interessados em conhecer esta cidade. Anne Emerson (2006, p. 90) destaca que um museu de cidade teria como objetivo “tornar as comunidades visíveis entre si, sendo um lugar de encontro e diálogo entre os cidadãos”. Emerson demonstra que num museu de cidade existe a preocupação em utilizar a exposição de objetos “que levem em conta os problemas contemporâneos da sociedade”. A cidade é relevante para a vida contemporânea e o museu de cidade deve interpretar e explicar as mudanças e permanências relevantes para a sociedade.

Assim como Emerson destaca a questão comunitária, Tatiana Gorbacheva (2006, p. 96), em um estudo sobre o museu de cidade e os valores que cercam a cidade, aponta para a questão do trabalho com a comunidade urbana e não apenas com vista ao olhar do estrangeiro visitante. Ela compreende que o museu de cidade possui um papel vital na vida e destaca que “os valores humanos estão no centro da missão dos museus de cidade”. Valores fundamentais para a vida, tais como a solidariedade, a inclusão, a participação, a democracia, a participação política, a igualdade social, a identidade, o sentimento de pertencimento o respeito à individualidade e ao coletivo. O museu de cidade diz respeito à sociedade urbana e ao projeto de futuro.

Os museus de cidade, aos olhos dos visitantes, parecem espaços de paz em tempos velozes, competitivos e de transformações generalizadas. Souza (2009, p. 45) lembra as diversas técnicas e práticas de ações informações em museu implicam na produção e disseminação do conhecimento são fundamentais para os museus de cidade posto que “será a base para os discursos de cunho identitários e arranjos da memória social”. O museu, além de um lugar de memória social, é também um meio de integração e relação – entre indivíduos, classes, grupos sociais, recursos e de construção de sentidos. O museu como um instrumento sensível de ampliação não apenas do conhecimento, mas da capacidade crítica do cidadão.

Na disseminação da informação há uma série de condições para que esse papel seja efetivamente cumprido. Dentre as condições que favorecem a disseminação da informação estão: a informação propriamente dita, público para o qual essa informação possa ser recuperada, ambiente adequado para o acervo e para os usuários.

A busca, a recuperação e a exposição como informações são de extrema importância para o museu. A informação é mediadora entre o conhecimento e a sociedade. Um acervo e a

informação que ele possibilita quando descontextualizada não produzem sentido e esse processo mediador entre o usuário e a informação não é realizada.

Os estudos sobre museu e cidade possuem uma História, acompanhando os debates deste tema ao longo do século XX, e a criação do Comitê para Atividades e Coleções dos Museus de Cidade (CAMOC) no Conselho Internacional de Museus (ICOM) não é ação de grupos isolados, mas resultado de um longo amadurecimento. Conhecer como uma configuração urbana se constitui exige reunir, criticar e relacionar saberes. A cidade como espaço de representação cultural implica na produção e circulação de diversas matrizes comportamentais e de sistemas de crenças. Compreender e identificar como esses espaços e populações se comportam é estudar como constituem um lugar de cultura, criam centralidades, comunicam convergências e sentidos. A cidade é, por assim dizer, *locus* da representação da cultura. É para a cidade e para o homem urbano que a indústria cultural se voltou ou privilegiou, afirmando suas diversas singularidades.

Na origem do CAMOC, em 2005 no Encontro de Moscou, havia a necessidade de responder criativamente às novas demandas provocadas pelo crescimento e complexidade crescente das cidades com as conhecidas implicações: a poluição, a regeneração, o carro particular, o transporte público, a fuga para os subúrbios, a destruição do patrimônio, desenvolvimento insensível. Outra centralidade são os impasses culturais e as demandas identitárias. Portanto, cabe ao CAMOC estimular o trabalho de coleta, preservação e apresentação de material sobre o passado da cidade, presente e futuro. O respeito às diferenças e a originalidade regional são estimulados, reforçar a identidade da cidade e contribuir para o seu desenvolvimento. Ao CAMOC interessa as coleções existentes, a preservação e divulgação do material em uso em benefício da sociedade e atividades dos museus, da investigação sobre a cidade contemporânea. Portanto, refere-se ao passado, presente, futuro, identidade e processo de desenvolvimento permitindo um olhar compreensivo, inclusivo e poético. A cidade crescentemente musealizada e uma musealização crescente da vida na cidade condenada a reunir multidões orientadas por diferentes expectativas, saberes e intenções.

O CAMOC constitui um fórum internacional e reúne membros do campo museológico, das ciências humanas e sociais, do patrimônio e do espaço urbano. Ele articula-se como uma rede de solidariedade e ações conjuntas. São profissionais, militantes e acadêmicos que trabalham ou se interessam por museus de cidades, onde podem compartilhar conhecimentos e experiência e procurar parcerias internacionais. O CAMOC busca estimular o diálogo e a cooperação entre museus, apoiando-os e encorajando-os na coleta, preservação e

apresentação de materiais relacionados ao passado, presente e futuro das cidades, reforçando sua identidade e contribuindo para o seu desenvolvimento. Em outras palavras, e concordando com Scanapieco, “o CAMOC é sobre as cidades e as pessoas que vivem nelas”.

Entre 2005 e 2014, o CAMOC reuniu-se em Boston 2006, Vienna 2007, Seoul 2008, Istanbul 2009, Shanghai 2010, Berlin 2011, Vancouver 2012, Rio de Janeiro, 2013, Goteborg 2014. O que significa uma reunião anual sobre cidades e museus? O que significam estas cidades no contexto das grandes megalópoles e debates conjunturais sobre cidades e museus? Que contribuições estes debates forneceram para estas cidades?

A segunda Reunião aconteceu -em 2006- na cidade de Boston. O seu tema - Museus da Cidade como caminhos para a compreensão da vida urbana - demonstra a existência de um desafio concreto e atraiu diversos campos e instituições para o debate da relação cidade e museu, na representação de valores humanos em museus da cidade. O desafio de representar a variedade de culturas locais num museu, o serviço de museu durante distúrbios sociais, a busca de um museu sem paredes ocuparam os debates que encontram no cotidiano e desafios conjunturais estratégias de manutenção e ofertas de ações.

Museus Municipais e Desenvolvimento da Cidade foi o tema do Congresso de 2007 em Vienna que resultou na publicação de Museus de Cidade e Desenvolvimento da Cidade. O tema do Congresso foi sobre as resposta dos museus da cidade para o passado, o presente e o futuro das cidades. Ele pensava a entrega do património de uma cidade às gerações presentes e futuras. Isto significa pensar a contribuição do Museu para a melhoria da condição urbana. O debate sobre o património imaterial - história oral, práticas, costumes, habilidades, conhecimentos – foi realizado com o trabalho dos museus das cidades? E as novas relações entre museus de cidades e seus públicos, a cidade e os governos nacionais.

A Conferência do CAMOC em 2008, em Seul, refletiu sobre o desafio do tema cidade para o campo museológico. O tema Museus da cidade e do futuro da cidade implicou na presença de mais de uma centena de profissionais de dezesseis países nos debates. A crise social que se expressava com mais vigor no espaço urbano exigia mudanças institucionais e dos modos de gestão e das prioridades.

A cidade de Istambul recebeu em 2009 o CAMOC para a Conferência Coletando História Urbana na era eletrônica. Os diferentes sentidos e desafios do património são encontrados nesta cidade. Pensando em Istambul e nas modernas megalópolis o debate foi orientado por uma questão: Como pode um museu dar sentido a essa massa de contradições? A vida urbana e o museu como espaços de tensões e diferenças simultâneas e acumulação de informações.

O tema da conferência do CAMOC, em 2010, em Xangai, Cidade Melhor, sobre a contribuição do museu da cidade para a melhoria da condição urbana - como podemos ajudar a tornar as cidades lugares melhores para se viver, aponta uma vontade, um conjunto de ações e um conjunto de dúvidas sobre os sentidos e usos das palavras que definem o tema para os profissionais e campos disciplinares envolvidos. Esta Conferência, reuniu e pensou o que museus da cidade têm feito para fazer com que as vozes das cidades sejam ouvidas.

Dentre os pontos debatidos, destacamos o crescente desejo de incluir nas preocupações dos museus o *presente* e os possíveis *futuros* das cidades cujas histórias e passados são representados e interpretados pela instituição. Outro ponto de destaque é a aproximação cada vez maior do museu com a sociedade na qual se insere, buscando contribuir para a melhoria de vida, especialmente na promoção da tolerância e respeito às diversas culturas que coexistem no ambiente urbano.

“Estratégias participativas” foi o tema da Conferência do CAMOC em Berlim. A racionalidade científica, a urgência da preservação e a leitura científica da realidade demonstram que documentar o passado nunca é simples, principalmente quando estamos produzindo a informação. Capturar vestígios de um mundo que não está mais conosco é problemático. O presente é agora, e somos participantes em um drama. Coloca também o desafio de saber o que é significativo hoje, e se será significativo para as gerações futuras. Numa mistura de tangível e de intangível, de edifícios, espaços, poder, riqueza, pobreza, idéias, inovação. Para a experiência colocada por Berlim, há um conceito de museu da cidade (Dahlem) como fórum urbano que estimulou as pessoas a compartilhar suas experiências e a ajudar a harmonizar a sua cidade e o próprio museu.

Nesta perspectiva, os profissionais reunidos nesta Conferência apontaram três desafios para os interessados na questão entre museu e cidade: 1. Capturar as mudanças urbanas; 2. Documentar e celebrar a experiência de pessoas da cidade e 3. Refletir sobre política e regeneração dos projetos urbanos.

Nesta experiência a informação percorreu uma trajetória não-linear ou evolutiva, não formou segmentos de conhecimentos duros e intransponíveis, sua produção e conhecimento permitiram e traduziram situações específicas e garantiram uma continuidade crítica, articulada e histórica.

A cultura urbana que pulsa não se reduz àquela contida no museu, ela está além do que se pode ver, ouvir, tocar e sentir, pois ali mora a vida da História e de todas as ciências, da mesma forma que lá também habitam os sonhos, as dúvidas, os ideais e os projetos de cada

nação, grupo e indivíduo. Neste ponto, num lugar entre paixão e enfrentamentos, dá-se o encontro com o museu que é também uma construção singular e afetuosa.

6 ENCONTROS E DESENCONTROS ENTRE A CIDADE, O MUSEU E A INFORMAÇÃO: UM DEBATE PRELIMINAR

A segunda metade do século XX permitiu um debate inicial sobre informação no campo da cultura, em especial do museu, traz uma armadilha inicial: a própria definição ou conceito de informação. O que se denomina de informação? O que se pretende com a informação produzida ou reunida? Em geral, os grupos sociais e as instituições envolvidas no campo da cultura em busca de dotar ou associar seus trabalhos em busca de visibilidade ou, então, como ferramenta de comunicação. Esta situação existe principalmente como intensão ou projeto socio-político. A ideia de inovação social não é percebida como tal ou nela mesma, não compreende e dissocia o papel da informação e do conhecimento. A Ciência da Informação não convive ou admite o monólogo.

O museu exige linguagem e competência técnica que se expressa para o público por meio de exposições. Embora o museu se atribua outras funções. Portanto, o museu também seja política pública, produtor e veiculador de conhecimento inovador, agente de cidadania, de mudança e inclusão social.

Produzir informações para o público de um Museu é um exercício complexo e explicita os interesses, tensões e, por vezes, a inexistência de objetivos e clareza sobre o público que os profissionais e a instituição pretendem abranger. Informar é uma decisão política e institucional que produz e exige clareza de objetivos. A informação é parte de um bem social estratégico, parte da política pública ou de um modo de exercício de poder.

A informação, sendo e produzindo –processando- conhecimento, não basta em si. Ela se renova em uma situação que depende e transforma-se a partir de outras informações e articulações. Ela gera uma necessidade informacional que pode ser compreendida como uma experiência social objetiva, uma experiência que impacta o imaginário e as relações sociais concretas como condição objetiva em que se explicita seus próprios motivos. Uma nova cadeia relacional é operada, exigindo outra seleção, organização, hierarquização e produção de sentidos.

A informação, como conhecimento e relação em permanente mudança no museu é parte de um esforço do campo e das políticas públicas específicas. Ela se constitui como bem cultural fundamental, estruturante de um novo modelo social em que o conhecimento possui capacidade de intervenção e modificação social. A informação é um valor em si, uma

articuladora para o desenvolvimento técnico e científico, exigindo uma atitude das forças sociais e a explicitação das ações de Estados e grupos sociais.

A cidade é o *locus* dessa narrativa. Ela é o espaço, por excelência, que o tempo atravessa, numa indissociabilidade. O espaço inscreve sua marca e sua historicidade está no traçado da arquitetura e das cidades. Pensar o patrimônio e o museu é pensar o espaço social em que nos movemos, que afetamos e que por ele somos afetados.

A informação museológica revela-se como prioridade e insere-se na lógica do seu campo e nas relações com outros campos e domínios científicos. Desta forma, a informação não é demanda ou prática neutra ou desinteressada, ganha corpo acadêmico no contexto de uma disputa de hegemonia marcada pela convivência dos projetos e enfoques.

O museu preocupa-se tanto com a informação quanto com a comunicação. Trata-se de uma instância cultural e institucional que organiza o universo em que o homem vive, como parte do processo de produção da informação, viabiliza uma referência ao homem na produção de seu destino, agregando estoques de informação e se empenha em garantir ao receptor uma mediação na transferência e explicação do mundo que o cerca. Portanto, é parte estruturante do sujeito.

7 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS E NOVAS QUESTÕES

O museu é parte da atual "batalha" cultural, material e simbólica. Ele pensa e se preocupa com a informação e a comunicação na luta pela hegemonia política e cultural na sociedade contemporânea. Uma luta pela reversão da herança histórica alargada no neoliberalismo: a extrema concentração dos setores de informação, comunicação, produção de valores e verdades, orientação científica institucionalizada e entretenimento. Analisamos uma conjuntura e um conjunto de ações e discursos que se propõem a democratizar os processos informacionais e comunicacionais, através de políticas públicas e formas colaborativas e participativas de difusão cultural.

A constituição de museus, e em especial dos museus de cidade, como objeto de disputas simbólicas e do estudo científico das relações sociais é um desafio recente. A utopia é uma necessidade na sua constituição e relações. É uma opção política, poética e estratégica de luta e de ações coletivas para as mudanças individuais e sociais.

Nenhum projeto sobre museu será livre da intervenção humana e da conjuntura, principalmente, quando busca dialogar com um saber inovador e abrangente como, por exemplo, o da Ciência da Informação. Ao mesmo tempo, o Museu é estimulante como

discurso polifônico e dialógico. O museu produz reflexões complexas, apaixonadas e práticas discutidas com seus pares. São passos ziguezagueantes de um tema que emerge.

A informação no museu de cidade não remete apenas à cidade material, imaginária ou desejável. A informação revela-se prioridade e insere-se na lógica do mercado e do seu campo, submetendo-se ao contexto histórico e social (Moraes, 2010). Desta forma, a informação não é demanda ou prática neutra e desinteressada, ganha corpo na luta pela convivência dos projetos e enfoques. Para o museu, e no museu de cidade, o passado está construído e referenciado ao futuro. Os tempos não são lineares. O museu é parte de um movimento de modernização no Ocidente devido a sua agilidade e capacidade de informar, de envolver-se na viabilização de uma agenda pública e de organizar e expor esses processos e de configurar a cultura e o processo social. O museu e o museu de cidade, como espaços públicos, aprofundam processos democráticos.

Discutíamos no IX ENANCIB que no museu a informação é gerada e transferida principalmente pela exposição e disponibilizada também no acervo documental. Mas o museu não produz apenas exposição e não se esgota nela. O museu representa e possibilita afeto, sentidos e projetos.

Os museólogos e a museologia também estão no centro das disputas culturais e políticas e o papel da informação que rompe os limites da neutralidade e da técnica pretendida pela ciência do século XIX. Enfim, o Museu, pretende ser um bem coletivo e está condenado a influenciar e dialogar com o século XXI.

A Ciência da Informação implica numa reflexão inovadora e a Informação compartilhar, produzir e intervir na construção do conhecimento, na valorização do direito à informação, nas tecnologias de informação e comunicação e à educação e cultura, como um bem comum e universalizado (o “todos” ou a “universalização” expresso pelas ciências sociais e políticas públicas). Tece as condições da informação, como bem social, atribuindo importância às relações e ao desenvolvimento cultural e social. O Museu e a Ciência da Informação podem capturar os interesses da sociedade que pretende promover as mudanças sociais, tecnológicas e relacionais e o desenvolvimento em todos os setores da vida social e humana.

Consideramos que –inicialmente- cabe ao museu organizar, reunir, preservar, analisar e divulgar todo e qualquer elemento material ou imaterial portador ou veiculador de valor afetivo e relacional, pertencente a toda e qualquer pessoa, grupo social e instituição portador ou produtor de memória e formador de identidade. Preservar e difundir informações promovendo e estimulando ações educativas e de cidadania (2007, p. 39).

No momento em que a informação se consolida gerando conhecimentos existe uma sensação de caos ou desorganização das informações e da vida. Portanto, é possível enfatizar que a informação produzida é processada, compartilhada e realiza um fluxo de distribuição, nem sempre equitativo. O museu como instituição e ação humana de pressões e interesses sociais, culturais e relacionais cumpre um papel estratégico no processamento e na transferência das informações, permitindo outras intervenções, mediações e gestos criativos.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Aldo. Mitos e Lendas da Informação: o texto, o hipertexto e o conhecimento. **Datagramazero**, Rio de Janeiro, RJ, v. 8, n. 1, p. 01-14, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **A cultura no mundo líquido moderno**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2013.

BORGES, Luiz. C. O intelectual museu às voltas com seus oximoros. In: ENANCIB. **Anais...** Florianópolis, 2013.

CASTELLS, Manuel. **A Era da informação: economia, sociedade e cultura**, vol. 3, São Paulo: Paz e Terra, 1999.

EMERSON, Anne. **Boston à la frontière du nouveau musée urbain**. In: UNESCO. *Museum International*, n. 231, 2006.

FRANCO, Maria Ignez M. **Museus: engajamento e colaboração**. Rio de Janeiro: ICOM, 2013.

FERREZ, H.D., BIANCHINI, M.S. **Thesaurus para acervos museológicos**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GREWCOCK, Duncan. **Musées de ville et avenir urbains: une nouvelle politique d'urbanisme et de nouveaux défis pour les musées de ville**. In: UNESCO. *Museum International*, n. 231, 2006

HARVEY, David. **O enigma do capital**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2013.

LÉFÈBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora UNICAMP, 1990.

MENESES, Ulpiano B. O Museu na cidade X A cidade no Museu: Para uma abordagem histórica dos museus de cidade. **Revista Brasileira de História**, São Paulo. v. 5, n. 8/9, 1984/1985.

MORAES, Nilson. Memória social: solidariedade orgânica e disputa de sentidos. In: GONDAR, J.; DODEBEI, V. **Memória social**. Rio de Janeiro, 2006.

_____. Cultura e patrimônio: o museu entre a ciência e a sociedade. In: LEMOS, Maria

_____. Cidade, poder e informação na América Latina. In: ENANCIB. **Anais...**, 2007.

NEGRI, Antonio. **Das minorias à multidão**. Entrevista concedida a Luigi Bordin e publicada na IHU on Line. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/15211-das-minorias-a-multidao-a-contribuicao-de-antonio-negri-entrevista-especial-com-luigi-bordin>>. Acesso em: 12 jul. 2014

SANTOS; KESSEL; GUIMARAENS (Orgs). **Museus e cidades**. Rio de Janeiro: MHN, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro, Record, 2001.

SCANAPIECO, Luciana. **Um museu de cidade**: imaginário, debate museológico e o caso de Juiz de Fora. Rio de Janeiro: PPG-PMUS; MAST/UNIRIO, 2013.

SOUZA, Daniel M. V. Informação e construção de conhecimento no horizonte museológico. **Datagramazero**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 6, dez. 2009.

TSOKOPOULOS, Vassilis. **The museum and the conscience of the city**. Athens: ICOM/Hellenic National Committee, 2002.

WELLERSTEIN, Immanuel. Análise dos sistemas mundiais. In: GIDDENS, A; TURNER, J. **Teoria social hoje**. São Paulo: Unesp, 1999.

_____. **O capitalismo chegou ao fim da linha**. Entrevista concedida a Sophie Shevardnadze, Viomundo, 18 de outubro de 2011.